

# Sarney diz a jornal dos EUA que resiste à pressão do FMI

8 AÇO 1985

JORNAL DO BRASIL

**Brasília** — O Governo brasileiro está determinado a resistir às recomendações para adotar fortes medidas de austeridade, feitas por seus credores e pelo Fundo Monetário Internacional. E pretende manter um crescimento de 5% nos próximos seis anos, além de produzir saldos comerciais suficientes para pagar os juros da dívida externa e baixar a inflação.

Esses objetivos foram reiterados pelo Presidente José Sarney, em entrevista ao jornal americano *Wall Street Journal*, publicada ontem. "Sarney adota linha dura na resistência a medidas forçadas de austeridade", diz a manchete da reportagem. Duro em suas declarações, o Presidente afirma que "não é razoável pensar que podemos empurrar o Brasil para uma nova recessão", que ele vinculou à adoção das medidas de austeridade.

Classificado pelo jornal como "mais resistente à ortodoxia do FMI que os líderes anteriores", Sarney firmou posição quanto à necessidade de manter o país em crescimento. Segundo o Presidente, isto é necessário para pôr em andamento as medidas de impacto social elaboradas pelo Governo. "Sem essas medidas, as pressões sociais poderiam fazer o Brasil explodir", disse ele.

Sarney garantiu ao jornal americano que a inflação, ao final deste ano, não ultrapassará os 210% e que, em 1986, ela ficará em 170%. Luís Paulo Rosenberg, também presente à entrevista, assegurou que as medidas adotadas pelo Governo diminuirão seu déficit operacional para 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Ele afirmou, no entanto, que é impraticável a proposta do FMI para que o país obtenha um superávit operacional de 1,2% este ano e de 5% em 1986.

O Presidente Sarney reclamou da onda protecionista que tem tomado conta das economias dos países desenvolvidos. O FMI, disse ele, recomendou a todos os países devedores a expansão de suas exportações, para que pudessem garantir o ingresso de moeda forte. Mas foi o sucesso nessa investida que acabou provocando restrições às exportações dos devedores.

— De repente, vamos ser punidos por fazer esse tremendo esforço que todos nos recomendaram a empreender — ironizou Sarney, enfatizando especialmente a sua preocupação com a eventual adoção de medidas protecionistas contra a entrada de calçados brasileiros nos Estados Unidos. "Isto é uma grande contradição", disse ele.

## Empresários apóiam Presidente

**Brasília** — Os presidentes das Federações das Indústrias de todo o país (exceto de São Paulo e do Paraná) foram ao Palácio do Planalto manifestar "total apoio" ao Presidente Sarney pela maneira como o Governo vem conduzindo a negociação da dívida externa junto ao FMI, "rejeitando qualquer medida que implique em recessão ou comprometa a soberania nacional".

Foi o que informou o presidente da Confederação Nacional da Indústria — CNI —, Senador Albano Franco (PFL-SE). Mas não foi só apoio que Sarney recebeu dos empresários. Eles reivindicaram a adoção de medidas por parte do Governo capazes de promover a queda das taxas dos juros, alegando que "com as atuais taxas, qualquer investimento se torna inviável", segundo revelou, à saída da audiência, Albano Franco.

### Solidariedade

Desta vez, foram os industriais que receberam a solidariedade do Presidente. Ele reconheceu as dificuldades decorrentes das altas taxas de juros e prometeu lutar para conseguir harmonizar o proble-

ma, num "futuro próximo". Mas não fixou prazo nem patamares para a redução dos juros.

Durante o encontro, os empresários manifestaram, também, apoio e satisfação pela "sintonia entre a política governamental e o pensamento da classe empresarial", expressa no último discurso presidencial. Para ressaltar essa afinidade, Franco lembrou a frase de Sarney de que "a empresa privada funcionará como uma alavanca na retomada do desenvolvimento nacional".

De um modo geral — ainda segundo o Senador Albano Franco — os industriais formalizaram o apoio da classe à política econômica do Governo, "principalmente no que toca ao combate inflacionário", aceitando inclusive uma parcela de sacrifício, "como o controle de preços".

— Porque entendemos que a preocupação com o social não é monopólio de ninguém. Também nós, os empresários, temos responsabilidade com o social e aceitamos colaborar adotando algumas medidas sugeridas pelo Governo e os trabalhadores, naturalmente, dentro do suportável — concluiu o Senador.